

Conversa para Fora

A escolha do economista Pedro Malan para negociador da dívida externa estende o diálogo iniciado pelo embaixador Marcilio Marques Moreira, no Ministério da Economia, a um campo essencial à normalidade econômica: a renegociação dos compromissos financeiros externos do Brasil. Não haverá garantia sólida de estabilidade econômica e retomada do crescimento sem o definitivo reescalamento, a longo prazo, do serviço da dívida (juros e principal). Todo esforço deve ser feito nesse sentido, respeitando a capacidade de receita fiscal do setor público, que responde por 90% da dívida.

Há seis anos, Pedro Malan reside em Washington, onde representou o Brasil, por quatro anos, na diretoria do Banco Mundial, posto trocado ano passado por uma diretoria no Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nesses organismos, o Brasil tem muitas arestas para aparar e estabelecer uma nova relação com a comunidade financeira internacional.

Desde a sua fundação, no pós-guerra, o Bird e o BID se tornaram os principais credores do Brasil — por sua vez, o maior cliente de ambos. A explosão do mercado bancário, a partir da criação do eurodólar, em 1967, e posteriormente na reciclagem dos petrodólares, não impediu que o Banco Mundial continuasse como o maior credor brasileiro.

Mas as atribulações e as dificuldades brasileiras para honrar os compromissos firmados com a comunidade financeira internacional — de que são o maior testemunho as oito cartas de intenção ao FMI não cumpridas — podem ser sintetizadas nas relações com os dois bancos: de credor líquido (pelo recebimento, sempre, de novos créditos em volume superior às amortizações de juros e principal), o Brasil tornou-se devedor. É de se destacar que as dívidas a esses

bancos nunca deixaram de ser honradas pelo Brasil, desde a crise da dívida externa, em 1982.

A inversão do fluxo não reflete apenas a resistência dos *boards* dos dois bancos (nos quais os Estados Unidos têm poder de veto) em conceder empréstimos, enquanto o Brasil não regulariza o atraso dos juros devidos aos bancos privados. Bird e BID aprovam empréstimos, condicionando o desembolso a aporte de capital pelo tomador.

Quando isso não é feito a tempo (como no empréstimo do Bird para a prefeitura do Rio e o governo do estado do Rio prevenir enchentes como as de 1988), o desembolso é sustado, mas a cobrança dos juros começa a correr, além da incidência de multas pela falta de uso do dinheiro liberado. Os casos se multiplicaram nos últimos três anos, como cansou de alertar Malan, no Bird e no BID.

Como os representantes oficiais no FMI, Bird, BID e Clube de Paris costumam trocar informações entre si (quando não são a mesma pessoa), tudo isso causou uma péssima impressão do Brasil. É preciso desmanchar as prevenções desses organismos, que tiveram impacto negativo junto ao FMI e ao Clube de Paris, foro da renegociação dos créditos devidos aos bancos de governos, como os *eximbanks* do Japão e dos EUA.

Pedro Malan é a pessoa certa para recuperar a credibilidade do governo brasileiro. Sua posição entre os economistas que, liderados pela economista Maria da Conceição Tavares, combateram os erros da política econômica sem considerar os problemas sociais nos governos militares é uma garantia de que a nova atitude de diálogo não implica recuo político nas linhas mestras da renegociação oficial e privada.